STJ00098321

Guilherme de Souza Nucci

Habeas Corpus

gen | Editora FORENSE

RIO DE JANEIRO

STJ00098321

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Danilo Oliveira

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Habeas Corpus / Guilherme de Souza Nucci. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.

Bibliografia
ISBN 978-85-309-5668-4

1. Habeas corpus. 2. Direito penal. I. Título.

14-12205 CDU: 342.721

STJ00098321

SUMÁRIO

I. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LINHAS HISTÓRICAS DO *HABEAS CORPUS* 15

1.1 Constituição Federal e *habeas corpus* 15
1.2 Aspectos históricos em breves linhas 16
1.2.1 Origem do *habeas corpus* 16
1.2.2 *Habeas corpus* no Brasil e na América Latina 18

II. CONCEITUAÇÃO 21

2.1 Conceito e natureza jurídica 21
2.2 Espécies de *habeas corpus* 26

III. CONDIÇÕES DA AÇÃO 29

3.1 Possibilidade jurídica do pedido 29
3.1.1 A questão do direito líquido e certo 33
3.1.2 Liberdade de ir, vir e ficar 34
3.1.3 Ampliação do seu alcance 35

STJ00098321

3.1.4 Punição disciplinar militar 39
3.1.5 Restrição ao uso do *habeas corpus* 41
3.2 Interesse de agir (necessidade, adequação e utilidade) 42
3.2.1 Existência de recurso legal para impugnar a decisão judicial considerada abusiva 42
3.2.2 Dúvida quanto ao interesse de agir e consulta ao paciente 44
3.2.3 Cessação do interesse de agir 45
3.2.4 Desnecessidade de pedido de reconsideração ao juiz para a impetração no tribunal ou de reiteração de pleito já formulado 45
3.3 Legitimidade 47
3.3.1 Legitimidade ativa: impetrante e paciente 47
3.3.2 Legitimidade passiva: autoridade coatora e particular 52
3.3.2.1 Tribunal como órgão coator 55
3.3.2.2 STF como órgão coator 56
3.3.2.3 Legitimidade passiva do particular 57
3.3.2.4 Membro do Ministério Público como autoridade coatora 60
3.3.2.5 Comissão Parlamentar de Inquérito como coatora 63
3.3.3 Intervenção de terceiros 63
3.3.4 Requisição cumprida pela autoridade policial 65
3.3.5 *Habeas corpus* de ofício 67

IV. COMPETÊNCIA 69

4.1 Jurisdição e competência 69
4.1.1 Erro no endereçamento 70
4.2 Prevenção 71
4.3 Competência do Supremo Tribunal Federal 72
4.4 Competência do Superior Tribunal de Justiça 76
4.5 Competência de outros Tribunais Superiores 76
4.5.1 Tribunal Superior Eleitoral 76
4.5.2 Superior Tribunal Militar 78
4.6 Competências dos Tribunais Estaduais (Justiça e Militar) e Regionais (Federal e Eleitoral) 78
4.6.1 Competência da Turma Recursal 79
4.7 Competência dos juízes de primeiro grau 80

STJ00098321

V. FUNDAMENTO JURÍDICO 81

5.1 Cabimento 81
5.1.1 Natureza do rol previsto no art. 648 do CPP 81
5.1.2 Justa causa 82
5.1.2.1 Prisão em flagrante 84
5.1.2.2 Prisão temporária 86
5.1.2.3 Prisão preventiva, inclusive em pronúncia e decisão condenatória 88
5.1.2.4 Trancamento de inquérito e outras investigações 95
5.1.2.5 Trancamento de ação penal 101
5.1.3 Duração da prisão cautelar e da prisão-pena 107
5.1.3.1 Razoabilidade 114
5.1.3.2 Proporcionalidade 120
5.1.3.3 Excesso de prazo no julgamento de recursos 125
5.1.3.4 Prisão em flagrante 126
5.1.3.5 Prisão temporária 127
5.1.3.6 Prisão preventiva 127
5.1.3.6.1 Ausência ou deficiência de fundamentação da prisão cautelar 128
5.1.3.6.2 Final da instrução 129
5.1.3.7 Prisão-pena 129
5.1.4 Incompetência da autoridade coatora 135
5.1.5 Cessação do motivo autorizador da coação 135
5.1.6 Negativa de fiança 136
5.1.7 Nulidade do processo 138
5.1.8 Extinção da punibilidade 140

VI. PROCEDIMENTO 143

6.1 Petição inicial 143
6.1.1 Concorrência do *habeas corpus* com o processo criminal 148
6.1.2 Concorrência do *habeas corpus* com a investigação criminal 148
6.1.3 Termos injuriosos contidos na petição inicial 149
6.2 Liminar 149
6.3 Apresentação do paciente e figura do detentor 152
6.4 Informações da autoridade coatora e do particular 153

STJ00098321

6.5 Ônus e produção de provas 155
6.6 Concessão de ofício 160
6.7 Mérito 161
6.7.1 Celeridade no julgamento e manifestação do Ministério Público 162
6.8 Não conhecimento do pedido 163
6.9 Desistência e prejudicialidade 164
6.10 Efeitos e alcance da decisão 164
6.10.1 Coisa julgada e reiteração do pedido 166
6.11 Processamento do *habeas corpus* no Tribunal 167

VII. RECURSOS 169

7.1 Reexame necessário 169
7.2 Recurso em sentido estrito 170
7.3 Recurso ordinário constitucional 171
7.4 Recurso especial 172
7.5 Recurso extraordinário 174
7.6 Embargos de declaração 175

VIII. PONTOS POLÊMICOS DO *HABEAS CORPUS* 177

8.1 Aplicação do *habeas corpus* como recurso 178
8.1.1 Ajuizamento contra decisão em *habeas corpus* 178
8.1.2 Ajuizamento contra indeferimento de liminar em *habeas corpus*. 184
8.1.3 *Habeas corpus* em lugar de revisão criminal 187
8.1.4 *Habeas corpus* contra a suspensão condicional do processo 188
8.1.5 *Habeas corpus* contra suspensão condicional da pena 190
8.1.6 *Habeas corpus* contra a aplicação ou execução da pena de multa e ônus das custas 190
8.1.7 *Habeas corpus* contra a designação de audiência preliminar no JECRIM 191
8.1.8 *Habeas corpus* contra decisões interlocutórias 191
8.1.9 *Habeas corpus* contra sentença 193
8.2 *Habeas corpus* em confronto com o mandado de segurança, no caso de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico 196
8.3 *Habeas corpus* no contexto da extradição no STF 199
8.4 A questão da supressão de instância no *habeas corpus* 200

STJ00098321

8.5 Relevância da ampla defesa no procedimento do *habeas corpus* 203
8.6 *Habeas corpus* e provas 204
8.6.1 Avaliação da prova ilícita 204
8.6.2 *Habeas corpus* na produção antecipada de provas em caso de processo suspenso com base no art. 366 do CPP 205
8.7 *Habeas corpus* no Tribunal do Júri 206
8.7.1 Para assegurar a plenitude de defesa 206
8.7.2 Em confronto à soberania dos veredictos 207
8.7.3 Excesso de fundamentação ou linguagem da decisão de pronúncia ou do acórdão 208
8.7.4 Desaforamento 209
8.7.5 Excesso de prazo após a pronúncia 211
8.7.6 Avaliação do elemento subjetivo: dolo ou culpa 212
8.7.7 Intimação do réu por edital para julgamento em plenário 212
8.8 *Habeas corpus* e prisão do devedor de alimentos 213
8.9 *Habeas corpus* na execução penal 215
8.9.1 Progressão de regime 215
8.9.2 Penas restritivas de direitos 216
8.9.3 Visita íntima a presos 217
8.9.4 Cumprimento de pena no local do domicílio 217
8.9.5 Ampla defesa na execução 218
8.9.6 Execução provisória da pena 220
8.10 *Habeas corpus* na Justiça do Trabalho 221
8.11 *Habeas corpus* no cenário de medidas restritivas da liberdade 222
8.11.1 Prisão para averiguação 222
8.11.2 Medidas cautelares alternativas à prisão 222
8.11.3 Juízo de periculosidade 223
8.11.4 Prisão cautelar substituída por medida alternativa 227
8.11.5 Regime inicial de cumprimento da pena e vedação ao recurso em liberdade 230
8.12 Investigação conduzida pelo Ministério Público passível de gerar constrangimento ilegal 231
8.13 Combinação de leis penais no contexto do *habeas corpus* 233
8.14 *Habeas corpus* e princípio da colegialidade 234
8.15 Atipicidade provocada pela insignificância dando margem ao *habeas corpus* 235
8.16 Ausência do defensor em audiência e *habeas corpus* 238

STJ00098321

8.17 *Habeas corpus* e regime inicial de cumprimento de pena no tráfico ilícito de drogas 239
8.18 Cumprimento da medida de segurança em local inadequado dando ensejo ao *habeas corpus* 241
8.19 *Habeas corpus* para apressar processo 243
8.20 *Habeas corpus* e denúncia inepta – genérica ou alternativa 244
8.21 Restrições atuais ao *habeas corpus* 245

BIBLIOGRAFIA 249

OBRAS DO AUTOR 253